

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO PRESIDENTE DA REUNIÃO DOS MINISTROS
DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE DA CPLP

Lisboa, 15 de Novembro de 2000

1. O actual contexto internacional é marcado pela crescente globalização da economia e das relações sociais, pela aceleração das mutações tecnológicas e pelo aprofundamento da sua importância na estruturação da vida social;
2. A diversidade das experiências dos países de língua portuguesa que aqui foram apresentadas ilustra a complexidade dos problemas e dos desafios que são colocados ao conjunto das nossas sociedades e a cada uma delas;
3. A matriz cultural que se encontra materializada numa experiência histórica comum e numa mesma língua constitui um inestimável património no mundo globalizado de hoje, que importa explorar em favor do progresso e do bem-estar nas nossas sociedades;
4. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa deve-se afirmar como um espaço de fomento e desenvolvimento de dinâmicas de cooperação aos mais diversos níveis, tirando partido do nosso património comum e dos laços que nos ligam não apenas internamente e na comunicação entre os países lusófonos mas também no plano da projecção e valorização internacional da língua que nos une;
5. O intercâmbio de experiências tão diversas em áreas temáticas concretas é de todo o interesse para os países lusófonos, uma vez que nos movemos num contexto em que as questões da informação são decisivas e em que o conhecimento de realidades diversas mas interligadas com aquela que vivemos é um factor decisivo de reflexividade, eficácia e qualidade;
6. Esta postura é ainda mais fundamental quando estão em causa áreas de interesse reconhecidamente universal para as populações, para as dinâmicas e instituições da sociedade civil, para as empresas e para os decisores políticos de todos os países, como o são as áreas da protecção social, do emprego e da exclusão;
7. O direito à protecção social, ao trabalho e à dignidade em cada uma destas esferas são direitos reconhecidos por todos os membros, salvaguardando na sua concretização as especificidades que existem nas situações de cada país;

8. A CPLP tem condições para desempenhar um papel de instância de intercâmbio e de reflexão sobre as experiências dos países lusófonos ao nível do trabalho e da protecção social cujo potencial inestimável temos o dever de realizar;
9. Das experiências apresentadas e da discussão que teve lugar, pode ser realçado um conjunto de grandes *conclusões* relativas aos temas deste encontro:
- há um empenho crescente com o diagnóstico, prevenção e combate às situações graves de pobreza, atendendo em particular à coexistência de formas diversificadas que estas assumem, e que exigem a mobilização de estratégias e instrumentos que vão desde os mecanismos tradicionais de solidariedade às formas modernas de protecção social;
 - o recurso a abordagens multi-sectoriais, que envolvam uma articulação das políticas de educação e formação, desenvolvimento comunitário, emprego e protecção social, bem como o recurso à discriminação positiva em favor dos grupos particularmente vulneráveis, são elementos importantes do desenvolvimento dos tecidos sociais e económicos dos países da CPLP;
 - o reforço das políticas públicas de promoção da criação de emprego e de reforço da sua qualidade são dimensões importantes do desenvolvimento sustentável e de superação dos desequilíbrios regionais e da melhoria da qualidade de vida;
 - o aumento dos níveis de formação e de Qualificação profissional das populações é cada vez mais importante como factor de promoção da inserção profissional e social, do bem estar e da competitividade, devendo ser estimulada uma cultura de incentivo à aprendizagem e à formação ao longo da vida;
 - a eficácia das políticas de emprego, formação e protecção social passa em larga medida pelo reforço das parcerias entre o Estado, os parceiros sociais e outras instituições da sociedade civil, num clima de aprofundamento do diálogo social institucionalizado;
 - é importante que a capacidade das administrações do trabalho, da protecção social e da formação seja reforçada, onde tal for necessário, para promover uma melhor regulação das condições de trabalho, das formas atípicas de trabalho e da precariedade, no sentido de assegurar uma melhor qualidade do trabalho e um mais eficaz exercício da cidadania;

10. Os trabalhos de hoje comprovam a existência de um espaço de reflexão comum e multilateral sobre as realidades do trabalho, da formação profissional e da protecção social nos países lusófonos; e que é igualmente clara a importância e o carácter estruturante de trabalhar no sentido de fazer com que a partilha de experiências e o debate de questões transversais ao conjunto dos nossos países nestas áreas se possa verificar com uma regularidade que a torne um capital acrescido para cada um de nós;
11. Tendo em conta tudo o que acima é afirmado, os Ministros do Trabalho e Solidariedade dos países de Língua Portuguesa decidem:
- criar uma Organização da Protecção Social da CPLP
 - criar uma Organização das Administrações do Trabalho, Emprego e Formação Profissional da CPLP
 - definir até 31 de Março de 2001 os respectivos planos de acção, por forma a tornar operativas as dinâmicas de intercâmbio e de cooperação entre os nossos países nos domínios do trabalho e da protecção social.
12. Os Representantes dos países presentes decidem ainda aprovar:
- uma Moção de Solidariedade para com Timor Loro Sae, convidando-o a participar na próxima reunião dos Ministros do Trabalho e da Solidariedade dos países da CPLP
 - uma Moção de agradecimentos ao Governo e ao Povo Português e à cidade de Lisboa pelo acolhimento caloroso e fraterno dispensado às delegações.

É minha convicção que será de todo o interesse que seja dada continuidade ao trabalho que aqui iniciámos. Algo que, penso, será assegurado pelas decisões que acabei de enunciar.

Penso também que será de toda a utilidade que sejam realizadas reuniões periódicas dos Ministros da Trabalho e Solidariedade dos países membros da CPLP, de modo a cimentar ao mais alto nível político o trabalho desenvolvido ao nível das organizações hoje criadas.

Gostaria, por fim, de propor que a próxima reunião se realizasse dentro de 1 ano no Rio de Janeiro (Brasil).